PASTORAL CARCERÁRIA – ARQUIDIOCESE DE GOIANIA, GO
Praça Dom Emanuel, s/n Centro - 74030-140 - Fone: (62) 3223-0759 Fax: 62 3223-8532 – 8464 3860
E-mail: pastoralcarceraria.go@gmail.com

"Estive preso e fostes me visitar"

Goiânia, 01 de fevereiro de 2015

DENUNCIA

A Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Goiânia vem de público **DENUNCIAR** a situação grave na unidade prisional nova, chamada "**Centro de Triagem**", no Complexo Prisional em Aparecida de Goiânia, Go.

A unidade prisional "Centro de Triagem" foi inaugurada, na manhã do dia 23 de dezembro último, pelas autoridades competentes, evento muito festejado e divulgado na mídia local. Constava que doravante os problemas graves nas delegacias superlotadas estariam solucionados. Portanto, mais uma vez o cidadão goiano foi enganado por uma falsa promessa de debelar o aumento da violência com o encarceramento em massa.

Acontece que, do dia 23 de dezembro de 2014 - quando ali chegaram os primeiros detentos vindos das delegacias - até os dias de hoje, aumentou incrivelmente a população carcerária para lá levada, superlotando o local cuja capacidade máxima prevista é de 212 vagas. Ontem, na sua terceira visita religiosa, a Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Goiânia deparou com nada menos que **419 pessoas presas** nesta nova unidade prisional, que na verdade já "nasceu" com as velhas mazelas: superlotação e suas graves consequências contrariando todos preceitos legais estabelecido na Lei da Execução Penal.

A Pastoral Carcerária se deparou com o seguinte quadro:

1. **Superlotação e tratamento degradante** (CF art. 5º, XLIX)

   Em seis semanas o Centro de Triagem já conta com o dobro de detentos previstos no plano arquitetônico de 212 vagas, que por sua vez já estaria fora do padrão estabelecido em lei. Em celas pequenas, com 10 vagas cada, hoje se encontram em média de 20 a 25 presos, chegando a 32 em uma delas. Como não existe uma determinação judicial que estabeleça limites, a previsão é de que nos próximos dias a população carcerária aumente ainda mais e ultrapasse a 600 detentos, comprimindo 3 em cada vaga existente.

   Muitos detentos reclamam do tratamento degradante devido do regime militar adotado nesta unidade, xingamentos com palavrões e uso de bomba de gás, etc.

   Relatos existem de que durante os procedimentos de segurança, após o banho de sol diário, todos são obrigados a ficarem totalmente nus, com as mãos na cabeça e obrigados a se agacharem mostrando as partes íntimas para os agentes, enquanto são xingados com palavrões.

2. Incomunicabilidade com os familiares (LEP arts. 12,13,41, etc.)

Sabe-se que no Brasil a família é quem sustenta o preso, com alimentação, roupa, remédios e material de higiene pessoal. Como para esta unidade o detento vem diretamente das delegacias, sem nada poderem transportar, muitas vezes ficam lá depositados por dias "só de cueca", segundo o relato do próprio Diretor da unidade prisional.

Na visita de ontem fomos informados que ali faltam pelo menos 200 colchoes, o que levou a equipe da Pastoral Carcerária a doar então uns 150 cobertores, para pelo menos minimizar a situação.

A entrada de comida trazida pelos familiares está sendo limitada, somente sendo permitido a entrega de uma unidade de bolacha por semana. Os detentos reclamam de estarem passando fome nesta unidade, embora esteja sendo servido café de manhã, almoço e jantar por uma empresa terceirizada.

Também está sendo vetado qualquer comunicação com os familiares, como por exemplo, o recebimento de "bilhetes" vindos das famílias ou o acesso ao telefone publico com direito a ligação de tempo em tempo. A falta de informação sobre a situação dos familiares e a impossibilidade de poder entrar em contato deixa o ambiente carcerário ainda mais tenso.

Somente uma vez por semana a família pode trazer, com restrições, material de higiene pessoal e roupa branca. Muitos familiares não residem em Goiânia ou no Estado de Goiás ou não têm condições financeiras de ir até a esta unidade, longe da cidade. E, para quem pode o material permitido para entrar é bastante restrito.

O Estado não tem fornecido roupa, material de higiene pessoal e colchoes, que pela lei é de sua obrigação. Por caridade, a Igreja Católica está sendo no momento a única entidade (Pastoral Carcerária e Pe. Luiz Augusto) a fornecer material de higiene pessoal para os 419 detentos.

3. Atendimento a saúde

Nesta unidade existe um plantão com uma enfermeira, mas não existe médico. A maior dificuldade esta no acesso aos remédios, já que na farmácia do Complexo Prisional faltam muitos medicamentos, e os remédios às vezes trazidos pelos próprios famílias não cheguem aos detentos, ainda mais que a entrada só é permitida nas 5ª feiras, dia do "*cobal*", mesmo que exista risco e a necessidade dos mesmos seja urgente.

Ressaltam-se especialmente dois casos graves, de pessoas presas com distúrbios mentais, cujos medicamentos psicotrópicos acabaram e foram deixados sem medicação. São estes detentos:

- **Cleves Batista da Silva** (também com epilepsia)
- **Paulo Henrique Prates da Cruz**

PASTORAL CARCERÁRIA – ARQUIDIOCESE DE GOIANIA, GO
Praça Dom Emanuel, s/n Centro - 74030-140 - Fone: (62) 3223-0759 Fax: 62 3223-8532 – 8464 3860
E-mail: pastoralcarceraria.go@gmail.com

4. **Atendimento jurídico**

A maioria dos detentos são pobres e sem condições financeiras para constituir advogado particular. A Defensoria Pública de Goiás está ausente desta unidade e, mesmo quem tenha possiblidade de contratar um advogado, não tem como entrar em contato com o mesmo, pois não há possiblidade de se fazer uma ligação e de se recorrer à família.

5. **Ausência total dos órgãos da Execução Penal**

Observa-se que, nestas últimas seis semanas, nenhum representante dos diversos órgãos da execução penal compareceu nesta unidade prisional, embora esteja estabelecido na Lei da Execução Penal que têm obrigação de visitar regulamente as unidades prisionais. Lamentável esta ausência total destes órgãos de fiscalização como: juiz da Execução Penal, representante do Ministério Publica e da Defensoria Pública, do Conselho Penitenciário Estadual, do Conselho da Comunidade, agravando ainda mais esta situação degradante e desumana em que os detentos se encontram.

Recomenda-se que seja visitada com máxima urgência esta nova unidade prisional, "Centro de Triagem", para que sejam constatadas as irregularidades e tomadas as devidas providencias, antes que aconteça uma outra "*Pedrinhas*" - desta vez no Estado de Goiás.

Ademais a Pastoral Carcerária propõe que sejam adotadas politicas penitenciárias de desencarceramento no Estado de Goiás, já que é mais do que comprovada que o simples encarceramento em massa e seletivo não resolve a violência no Brasil. Neste sentido propomos a leitura da **Agenda de Encarceramento** elaborado pela Pastoral Carcerária Nacional – CNBB no seguinte link:

http://carceraria.org.br/agenda-pelo-desencarceramento.html

Goiânia, 01 de fevereiro de 2015

Diác. Ramon Curado,
Coordenador da Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Goiânia
ramoncurado@gmail.com

Irma Petra S. Pfaller mc
Assessora Jurídica da Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Goiânia
mcpetra@gmail.com